



A IMPORTÂNCIA DAS ONGS NA SOCIEDADE: UM ESTUDO DE CASO NA PASTORAL DA CRIANÇA DE PONTA GROSSA

Elaine Cristina Witkowski (FASF) elaine.witkowski@outlook.pt

Elaine Silva de Freitas (FASF) ir.elainefreitas@gmail.com

Pauline Balauch (FASF) pauline.balabuch@redesaradafamilia.com.br

Resumo

A sociedade em geral sempre se deparou com situações nas quais muitos indivíduos são de certa forma privados de recursos para subsistência, vivendo em realidades de pobreza e vulnerabilidade. Não é de se admirar que ao longo dos anos foram surgindo pessoas que demonstrassem preocupação para com esses indivíduos. E percebendo a necessidade foram desenvolvidos trabalhos de cunho social e em conjunto para que as carências sociais fossem superadas em diversas esferas como educação, meio ambiente, saúde, entre outros, até que surge o terceiro setor que abrange as instituições que são privadas e que não buscam a lucratividade, porque o objetivo é direcionado para trabalhos públicos, coletivo. Dentro do terceiro setor tem-se as ONGs, organizações não governamentais, que surgiram com a finalidade de promover ações direcionadas a atenderem as necessidades sociais, como saúde, educação, segurança, emprego e outros. O objetivo deste trabalho é analisar as principais contribuições da Pastoral da Criança, na sociedade pontagrossense. A metodologia utilizada foi do tipo exploratório com abordagem qualitativa, sua coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Os resultados demonstram que a reintegração do indivíduo na sociedade, os projetos realizados em prol do bem-estar das famílias assistidas pela Pastoral da Criança, as informações compartilhadas juntos às mesmas podem ser consideradas as principais contribuições que a entidade pesquisada desenvolve na cidade de Ponta Grossa. Neste cenário, conclui-se que é relevante a presença e atuação da Pastoral da Criança para o desenvolvimento social.

Palavras chaves: ONGs. Terceiro setor. Pastoral da Criança.

THIRD SECTOR: THE IMPORTANCE OF NGOs IN SOCIETY. A CASE STUDY IN THE PASTORAL CARE OF THE CHILDREN OF PONTA GROSSA

Abstract

Society in general has always been faced with situations in which many individuals are somehow deprived of subsistence resources, living in realities of poverty and vulnerability. It is no wonder that over the years people have emerged who show concern for these individuals. And realizing the need, social and joint work was developed so that social needs were overcome in various spheres such as education, environment, health, among others, until the third sector emerged, covering institutions that are private and non- seek profitability, because the objective is directed to public works, collective. Within the third sector, there are NGOs, non-governmental organizations, which emerged with the purpose of promoting actions aimed at meeting social needs, such as health,

education, security, employment and others. The objective of this work is to analyze the main contributions of Pastoral da Criança in Pontagrossense society. The methodology used was of the exploratory type with a qualitative approach, its data collection was carried out through bibliographical research and case study. The results show that the reintegration of the individual into society, the projects carried out for the welfare of families assisted by Pastoral da Criança, the information shared together with them can be considered the main contributions that the researched entity develops in the city of Ponta Grossa . In this scenario, it is concluded that the presence and performance of Pastoral da Criança is relevant for social development.

Keywords: NGOs. Third sector. Children's Pastoral

1 Introdução

Terceiro setor é um termo utilizado para as organizações sem fins lucrativos, ou seja, de sociedade civil, as quais atuam em diversos contextos da sociedade. Em relação ao terceiro setor Sertek (2006) destaca que o papel do terceiro setor se fundamenta em fomentar a integração social, propiciar condições necessárias para a solidariedade e promover meios de envolvimento democrático com o anseio de solucionar problemas que estão presentes na comunidade. Considera-se ainda como organizações que reúne indivíduos que de forma voluntária se agrupam para prestarem ações com o objetivo de amenizar impactos que são consequências da desigualdade social.

Neste contexto têm-se inúmeras ONGs que são fundadas no intuito de contribuir para que seja possível melhorar o desenvolvimento da sociedade e o bem-estar dos indivíduos que se fazem presente nas realidades mais pobres e miseráveis do Brasil. O terceiro setor além de contribuir significativamente para as comunidades exerce forte influências para que hajam vidas mais dignas e uma sociedade mais desenvolvida.

De forma geral, o terceiro setor que abrange associações, fundações, ONGs, entidades religiosas, dentre outras, cria projetos para atuarem nas situações que não são assistidas pelo governo, especialmente aquelas em que são privados os recursos mais básicos para sobrevivência.

Diante da desigualdade social, um aspecto que continua em destaque é a influência do terceiro setor, no desenvolvimento da sociedade, especialmente as ONGs que desenvolvem projetos com a finalidade de atenderem as áreas da saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, assistência social nas localidades mais necessitadas.

E diante dos diversos contextos em que as ONGs estão presentes surge o problema que norteou a presente pesquisa: Quais as principais contribuições da Pastoral da Criança para a sociedade pontagrossense?

Para responder a essa questão, tem-se como objetivo geral analisar as principais contribuições da Pastoral da Criança, na sociedade pontagrossense. Os objetivos específicos integram: fazer uma breve definição de terceiro setor, bem como mostrar o papel das ONGs dentro do cenário social seguido de uma análise sucinta sobre as principais contribuições da Pastoral da Criança para a sociedade pontagrossense.

A presente pesquisa justifica-se pela relevância da atuação das ONGs na sociedade que enfrentam continuamente processo de transformação e se desenvolve num cenário que dá ênfase ao capitalismo. Sobre essa questão Souza e Costa (2005, p.165) alude que “apesar de todos os avanços conquistados pela ciência e pela tecnologia, o problema da pobreza continua insolúvel”, na mesma perspectiva os autores, afirmam que a “grande questão do sistema capitalista é sua incapacidade de

inclusão de todos os seres humanos na órbita do trabalho e do consumo via mercado”. Neste cenário percebe-se expressivamente a maximização das diferenças sociais.

As ONGs têm sua importância na sociedade, a partir das ações que realizam, pelo fato de levarem oportunidades para que partes da população sejam integradas ou reintegradas na sociedade, que obtém como retorno o fortalecimento e o desenvolvimento social, tanto local quanto nacional.

2 Fundamentação teórica

2.1 Entendendo os três setores

Para maior entendimento sobre do que de fato se trata o terceiro setor, faz-se necessário apontar alguns aspectos importantes sobre o primeiro setor, considerado o Estado e o segundo setor que são as organizações privadas e por fim, tem-se o terceiro, onde estão as organizações privadas, mas que não objetivam a lucratividade. Para auxiliar no entendimento sobre os respectivos setores, Santos (2012) afirma que o primeiro setor é o poder público, ou seja, o governo, sendo este responsável pelas questões sociais, de caráter público, já o segundo está voltado para as empresas de iniciativas privadas, que buscam obter lucros através de produtos ou serviços prestados à sociedade, e o terceiro setor corresponde às instituições privadas, voltadas ao interesse social, mas que se diferencia por realizarem atividades sem que o foco seja a obtenção de lucros.

Cada setor contém suas particularidades que, mesmo atuando de forma distinta, complementam-se no exercício de suas responsabilidades dentro da sociedade e contribuem para o bem-estar e equilíbrio no desenvolvimento desta. Neste sentido, o primeiro setor busca desempenhar suas atividades a partir de uma lógica política de direitos e deveres, o segundo é baseado no técnico e no raciocínio compensatório, ou seja, para satisfazer às necessidades dos indivíduos as empresas ofertam o produto ou serviço e para aquisição de tais esses indivíduos dispõem de um certo valor monetário. Já do terceiro setor é esperado que as ações desenvolvidas pelas organizações que o compõe partam da perspectiva emancipatória e transformadora (INSTITUTO FONTE, [ONLINE, 2012]).

Existem alguns princípios que norteiam os três setores dentre os quais:

Primeiro Setor é o da igualdade: todos os cidadãos têm os mesmos direitos e deveres, perante a lei todos são iguais. O Segundo Setor está assentado na ética: toda troca tem que ser regida por um respeito mútuo, de maneira que satisfaça os interesses de ambas as partes – metaforicamente, toda troca tem que ser ética, de maneira que seja feita com qualquer pessoa do mesmo modo com que é feita com um irmão ou familiar. O Terceiro Setor está (ou deve se manter) baseado no princípio da liberdade: as pessoas podem se reunir para discutir quaisquer assuntos e ideias que lhes interessarem, pois, essa liberdade é necessária para propiciar o surgimento de ideias criativas e renovadoras – em períodos de ditadura, as pessoas perdem o direito à livre associação e à liberdade de imprensa justamente para que não tenham acesso ou não difundam ideias que possam levar à mudança do sistema social vigente (INSTITUTO FONTE, [ONLINE, 2012]).

Portanto, entende-se que o desenvolvimento da sociedade acontece a partir da interação que ocorre entre os três setores e que as decisões tomadas por essas organizações geram impactos significativos na sociedade, provocando o seu equilíbrio ou o desequilíbrio, favorecendo ou não a população.

2.2 Origens do terceiro setor

Para compreender a origem do terceiro setor no Brasil é relevante que se apresente ao menos resumidamente como sucedeu-se sua expansão desde sua origem.

Estudos apontam que o termo terceiro setor foi utilizado pela primeira vez na Europa, mais precisamente nos estados Unidos, isso se deu na década de 1970, mas somente na década seguinte o termo passou a ser utilizado por pesquisadores. Esse termo deriva da tradução do inglês *third sector*, utilizado nos Estados Unidos, tem-se também as expressões que são utilizadas para a definição do terceiro setor como *nonprofit organizations* - organizações sem fins lucrativos e *voluntary sector*- setor voluntario (SANTOS, 2012).

Para Silva (2012), o fator que influenciou o surgimento do terceiro setor foi o crescimento das carências na sociedade, especialmente nos lugares onde o Estado não podia fazer-se presente, suprimindo às necessidades dos cidadãos. Neste contexto, as organizações sociais se sobressaem desempenhando papéis fundamentais no desenvolvimento de atividades que suprissem as necessidades dos considerados desfavorecidos da sociedade.

Seguindo o mesmo raciocínio do autor é possível perceber que a denominação do terceiro setor está relacionada ao fato de que este é constituído por organizações de interesse social, de caráter privado, que não fazem parte das organizações criadas e conservadas pelo governo, ou primeiro setor, e não volta seu interesse à lucratividade.

É importante lembrar que dentre as entidades que formam o terceiro setor estão as associações, fundações, cooperativas sociais, organizações religiosas e as ONGs, e ambas se comprometem com a sociedade através de ações que não buscam retorno financeiro com resultados lucrativos, mas que todos os bens e serviços são empregados na ação realizada em favor dos mais necessitados.

2.3 Origens do terceiro setor no Brasil

No Brasil o terceiro setor é uma realidade que começou ainda no século XVI, na cidade de Santos, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia por volta do ano de 1543, considerada a primeira instituição hospitalar do Brasil, criada com o objetivo de atender os enfermos dos navios dos portos e moradores que residiam em tais cidades. É possível encontrar registros, do período Brasil colônia, em que entidades foram fundadas voltadas à filantropia, as conhecidas obras de caridade. Estas exerciam trabalhos voluntários nas áreas da educação, nos orfanatos e educandários, na área da saúde, como as Santas Casas de Misericórdia, atividades estas ligadas à Igreja Católica (THIESENA, 2009)

Mas foi durante a década de 1930 que o terceiro setor pode contar com o auxílio de uma regulamentação, para agir de acordo com legislação específica, elaborada para as organizações não governamentais, sem fins econômicos e de finalidade pública. Na mesma década, em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), determinando que as organizações associadas teriam por direito receber subsídios e auxílios do primeiro setor, ou seja, do Estado (CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL, 2017).

Na última pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Brasil, em 2018, verificou-se que existem 820 mil instituições que se configuram como sendo do terceiro setor, ou organizações de Sociedade Civil, atuando em diversas áreas como saúde, educação, meio

ambiente, assistência social dentre outras, tendo como foco principal as realidades mais vulneráveis da sociedade.

2.4 Entidades que compõem o terceiro setor

Sobre as entidades que formam o terceiro setor, de acordo com Andreatza (2016 [ONLINE]), fundamentada no Código Civil Brasileiro, explica cada uma delas da seguinte maneira:

- a) As associações: são aquelas em que se agrupam e se organizam para fins não econômicos;
- b) Fundações: constitui-se como pessoa jurídica, sem finalidade econômica, criada por assinatura pública ou testamento, mediante a destinação de um ou mais bens para uma finalidade específica.
- c) Cooperativas sociais: essas são previstas em lei própria, devendo ser constituídas para inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, através do trabalho, devendo incluir em suas atividades: a organização e gestão de serviços sócios sanitários e educativos e o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.
- d) ONGs (Organizações Não Governamentais): criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) para designar as instituições que recebiam valores públicos para aplicar em atividades de interesse social. Mas em geral, é utilizada para designar as instituições sem fins lucrativos e ao Terceiro Setor, mas que não se constitui como uma pessoa jurídica.
- e) Organizações religiosas: são as entidades que se dediquem a atividades ou projetos de interesse público e de cunho social, distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

A ausência da norma geral regulamentadora comprometeu durante muitos anos o trabalho realizado pelas organizações do terceiro setor, pois não era possível verificar com transparência as verbas que recebia, a forma como as entidades prestavam contas para a administração pública e a qualidade dos serviços prestados.

2.5 Organizações não governamentais (ONG's)

2.5.1 Conceito de ONG's

As ONGs são organizações que fazem parte do terceiro setor, e isso a denomina como entidades sem fins lucrativos. As diversas ações desenvolvidas por essas organizações têm uma denotação solidária que envolve públicos específicos dentro de áreas distintas, podendo ser educação, saúde, assistência social, economia, meio ambiente, seja na esfera local, estadual, nacional e além-fronteiras, internacional (SEBRAE, 2020 [ONLINE]).

Sabe-se que a origem das ONGs está estreitamente relacionada às questões de cunho social, político e econômico, por este motivo, faz-se necessário apontar um fator relevante que influenciou na ascensão das ONG's dentro da sociedade, o capitalismo.

No Brasil, especialmente na década de 1990, tem-se um contexto fortemente marcado pela privatização e dificuldades de acesso às políticas públicas, enfrentados por algumas parcelas da sociedade, e nesse contexto as ONGs ganham força e visibilidade.

2.5.2 ONG's na legislação brasileira

O termo ONG não aparece na legislação brasileira, mas incluem as fundações e associações, as Organizações Cíveis de Direito Público, as Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), que pelo fato de possuírem as mesmas características são consideradas como ONGs. As características são as seguintes: sem vínculo com o Estado; sem fins lucrativos; é de denotação solidária; as ações são de interesse público.

De acordo com o SEBRAE (2020, [ONLINE]) “pode-se dizer que toda Oscip pode ser uma ONG, mas nem toda ONG é uma Oscip”. Pois a Oscip é uma qualificação para as organizações de terceiro setor e não uma obrigatoriedade. Como definição de Oscip aponta-se que é uma qualificação legal. Uma OSCIP é uma qualificação jurídica que se aplica a entidades privadas que atuam em diversas áreas e diferentes tipos de entidades privadas de interesse social atuando em áreas com características do terceiro setor, que podem ser típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo primeiro setor ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos. (SEBRAE, 2019, [ONLINE]).

Como a legislação não se refere especificamente sobre as ONGs, mas define aspectos criteriosos que uma organização deve observar para ser reconhecida como sendo de interesse público, assim a lei de Nº 9.790/1999 declara: “Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências” (Brasil, 1999).

De acordo com o ART.3º para ter direito a essa qualificação é necessário que tenham ao menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócios produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
- XIII - estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte. (INCLUIDO PELA LEI Nº 13.019, DE 2014). (Brasil, 1999).

Em 2014 foi sancionada a lei Nº 13.019/2014, estabelecida como o Novo Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil (MROSC) onde consta o seguinte no seu Art. 1º:

Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (Brasil, 1999)

Diante do exposto é notável que as ONGs se deparam com um novo modo de agir, de acordo com a legislação, para que seja possível o funcionamento dos projetos, nas causas específicas que defendem.

2.5.3 Origem e expansão da Pastoral da Criança no Brasil

Assim como toda ONG surge a partir de um contexto público desfavorecido seja no âmbito social, político e econômico, com o desejo de sanar, ou amenizar problemas específicos de determinado público, desta mesma forma surge a Pastoral da Criança.

A pastoral da criança foi criada pela Dra. Zilda Arns Neumann e Dom Geraldo Magella Agnelo em 1983, no entanto, essa história inicia no ano anterior, em 1982, em uma Conferência organizada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), neste ambiente se fazia presente Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal da arquidiocese de São Paulo e a partir de um diálogo com o diretor executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Este diálogo fomentou e inspirou o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, a idealizar um projeto com a finalidade de proteger as crianças na primeira infância, no território brasileiro. O idealizador do projeto comunicou-o a Dra. Zilda Arns Neumann e com o apoio do Bispo local, Dom Geraldo Magella Agnelo deram corpo ao projeto, foi então fundada a Pastoral da Criança, na cidade de Florestópolis, no estado do Paraná, no ano de 1983 (PASTORAL DA CRIANÇA, 2020).

A Pastoral da Criança é considerada como um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os principais trabalhos realizados compreendem as esferas da saúde, nutrição, educação e bem-estar da criança, desde e ventre materno até aos seis anos de idade completos. Os trabalhos são executados especialmente pelos colaboradores, denominados líderes, são esses os principais personagens, que atuam diretamente com o público-alvo assistido pela organização. Os líderes são todos voluntários, que são formados para executar as funções no atendimento às famílias (PASTORAL DA CRIANÇA, 2020).

A Pastoral da Criança no seu modo de atuação é regida por normas e estruturação determinadas pelo Regimento Interno, aprovado pela Assembleia Geral, que segue da seguinte maneira: Coordenação Comunitária, Coordenação de Ramo (paróquia), Coordenação de Setor (diocese), Coordenação Estadual, Coordenação Nacional e Assembleia Geral (PASTORAL DA CRIANÇA, 2020).

O estatuto da Pastoral da Criança traz como objetivo o "desenvolvimento integral das crianças, promovendo em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político" (PASTORAL DA CRIANÇA, 2007, p.13).

No quadro abaixo destacamos a missão, visão e valores da Pastoral da Criança onde está 100% evidenciada nas ações do desenvolvimento infantil, com ênfase à luz do evangelho, reforçando a atenção por uma sociedade pobre, desde o ventre materno até os 6 anos.

MISSÃO, VISÃO E VALORES DA PASTORAL DA CRIANÇA.	
Missão	Para que todas as crianças tenham vida em abundância (Cf. Jo 10, 10). Promover o desenvolvimento das crianças, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, do ventre materno aos seis anos, por meio de orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania.
Visão	“Trabalhamos por um mundo sem mortes materno-infantis evitáveis e onde todas as crianças, mesmo as mais vulneráveis, viverão num ambiente favorável ao seu desenvolvimento” (Cf. Isaías capítulo 65, a partir do versículo 16).
Valores	Adesão à missão da Pastoral da Criança, ética (transparência, honestidade, justiça, equidade), simplicidade, não discriminação, compromisso com os resultados, perseverança, valorização das crianças, gestantes e das famílias, alegria em servir, multiplicar o saber e ir ao encontro, buscar proximidade.

Fonte: Pastoral da Criança, (2021).

As principais ações desenvolvidas pela Pastoral da Criança no atendimento e acompanhamento das gestantes e das crianças se dão através da visita domiciliar, celebração da vida e reunião de reflexão e avaliação. Os trabalhos, supracitados, são realizados pelas chamadas líderes que residem na comunidade, isso facilita o acesso às famílias mais carentes, porém cada líder voluntário acompanha no máximo 15 crianças (CUNICO, 2017).

Pode-se ainda afirmar que as ONGs exercem grande influência na sociedade, como também para o setor econômico, pois contribuem para que aconteça a integração de certas partes da sociedade, os menos favorecidos, dando a estas novas perspectivas de vida, enquanto cidadão. Essa integração reflete no contexto econômico, pois gera a circulação de recursos financeiros. Desta forma a comunidade como toda a sociedade é beneficiada. Cabe aqui ressaltar que a importância das entidades que se enquadram no Terceiro Setor é visível quando ao deparar-se com as atividades que desenvolvem. Diante do exposto tem-se as seguintes:

- atuam com uma variedade de questões que afetem a sociedade na área da assistência social, cultura, saúde, meio ambiente, lazer, esporte, educação, entre outros prestam atendimento a pessoas e famílias à margem do processo produtivo;
- ou fora do mercado de trabalho, sobretudo nas áreas da assistência social, educação e saúde;
- trabalham na garantia e defesa dos direitos dessa população;
- são de caráter privado, mas desenvolvem trabalhos de interesses públicos;
- geram emprego e estimulam o voluntariado. (THOMAZIN ASSESSORIA, 2020. [ONLINE]).

Dessa forma é perceptível entender a importância das ONGs, especificamente a Pastoral da Criança no desenvolvimento da sociedade, pois uma vez que tem seus objetivos voltados para o bem comum, no trabalho para com a minimização da mortalidade infantil, e o cuidado para com as crianças de zero a seis anos de idade, envolvendo as famílias de determinada comunidade, nas

formações e projetos, na colaboração de indivíduos por meio do trabalho voluntário, dá aos cidadãos nova visão e oportunidade de superarem as necessidades ali presentes.

3 Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração e obtenção dos resultados de acordo com o objetivo do presente artigo estão descritas na sequência.

Quanto a natureza da pesquisa optou-se pela básica, como enfatiza a seguinte afirmação: “A natureza da pesquisa se classifica como pesquisa básica, pois contribui para que sejam gerados novos conhecimentos sobre o tema, este abrange não só a verdade como também interesses comuns” (CALEFFE; MOREIRA, 2006, p.74).

Quanto ao objetivo, utilizou-se a pesquisa exploratória, sendo que esta buscou corroborar para um maior conhecimento sobre o tema estudado, de forma mais profunda, nesse sentido “exploratória proporciona maior familiaridade com o problema com vista a torna-lo explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Quanto a abordagem do problema optou-se por pesquisa qualitativa, pois se enquadra em pesquisas que exploram as características de fenômenos que não é possível ser facilmente apresentados numericamente, os dados reunidos são verbais, geralmente captados em gravações, descrições do que se pretende analisar (CALEFFE; MOREIRA, 2006).

Quanto aos procedimentos metodológicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica está relacionada como sendo basilar, pois possibilita reunir elementos teóricos de acordo com o tema deste estudo. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (CALEFFE; MOREIRA 2006, p. 74). Em relação ao estudo de caso, sua finalidade é, a partir da análise de um cenário específico, ou seja, de uma instituição do terceiro setor, para que os resultados contribuam para alcançar os objetivos do tema abordado. Neste sentido, o “estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.60).

Para a conclusão deste trabalho, as informações, de maneira criteriosa, foram coletadas por meio de entrevistas e questionário aberto de acordo com o tema desenvolvido durante a pesquisa; o público-alvo para aplicação dos instrumentos de coleta de dados serão alguns membros, dentre esses, a coordenadora, assessor eclesial e líderes que coordenam determinados grupos de líderes nos ramos da Pastoral da Criança da cidade de Ponta Grossa.

A pesquisa foi realizada na Pastoral da Criança da cidade de Ponta Grossa, organização que desenvolve projetos por meio de ações que tem a finalidade de cuidar, acompanhar e auxiliar gestantes e crianças de zero a seis anos de idade.

3.1 Apresentações do objeto da pesquisa

A implantação da Pastoral da Criança em Ponta Grossa deu-se no final de 1987 e início de 1988, as idealizadoras foram três mulheres que se mobilizaram e com o apoio do Bispo Local e da fundadora da Pastoral da Criança, Doutora Zilda Arns Neumann, iniciando-se assim as atividades na cidade.

Palmeirinha e Vila Tânia Mara, bairros da cidade de Ponta Grossa, foram os primeiros lugares contemplados para o desenvolvimento do trabalho da Pastoral da Criança. As ações desempenhadas pelo projeto aconteciam por meio de visitas domiciliares e o acompanhamento das crianças o que se estende até os dias atuais.

Atualmente, na cidade de Ponta Grossa, há um total de 132 líderes, que acompanham 81 gestantes e 1.616 crianças, de zero a seis anos de idade em situação de pobreza. As principais atividades envolvem o acompanhamento de gestantes, que são orientadas sobre a relevância do pré-natal e do aleitamento materno; instruções sobre seus direitos e deveres bem como o cuidado com a higiene, vacinação e alimentação das crianças; acompanhamento das crianças até os seis anos de idade. As líderes encarregam-se, também, da orientação dos pais sobre o desenvolvimento em cada etapa da vida da criança, nas esferas da educação, saúde, prevenção de doenças e alimentação. Mensalmente acontece a celebração da vida, onde há palestras para as mães, atividades com as crianças, onde estas passam por pesagem e medição da estatura, formalizando assim um acompanhamento mensal destas mesmas crianças. Portanto, é dessa forma que a Pastoral da Criança contribui para o desenvolvimento da sociedade local, reintegrando indivíduos na sociedade.

Para a presente pesquisa, foram coletadas informações junto à 13 coordenadores líderes, a coordenadora diocesana e o assessor eclesialístico.

4 Discussão dos resultados

Com base nas informações obtidas, referentes à entrevista realizada e questionário aplicado, verifica-se que a Pastoral da Criança e sua atuação junto às famílias, gestantes e crianças em situação de vulnerabilidade no âmbito social, atuam no ambiente familiar e comunitário, promovendo valores éticos tais como a convivência de respeito, a dignidade dos indivíduos, a valorização das diferenças, a solidariedade, a responsabilidade com o meio ambiente, busca denunciar a injustiça e a falta de condições dignas de vida para todos (PASTORAL DA CRIANÇA, 2017).

Vale ressaltar que a Pastoral da Criança, presente nos bairros de Ponta Grossa, atua sobretudo na promoção da saúde e do desenvolvimento integral da gestante e da criança no âmbito familiar, fato que se torna realizável devido ao trabalho voluntário que cada líder exerce de acordo com as capacidades, possibilidades e recursos disponíveis para execução dos projetos e ações voltadas para ao respectivo público alvo.

Desta maneira, o primeiro questionamento feito à coordenadora diocesana, está relacionada às adversidades encontradas no dia-a-dia da Pastoral da Criança. Esta ressalta que

“Um ponto importante é que a Pastoral, mesmo diante das adversidades, continua lutando pela vida, sem mortes materno-infantil, onde todas as crianças tenham o direito de nascer, e também aquelas que se encontram em situações mais vulneráveis tenham direito a um ambiente favorável para seu desenvolvimento” (COORDENADORA DIOCESANA ENTREVISTADA, 2021).

Relacionado ao que a coordenadora aponta enfatiza-se que toda criança, tem direito a saúde, ao nascimento e também ao desenvolvimento sadio e harmonioso em condições favoráveis como parte integrante e fundamental de sua existência (LAVORATTI, 2007). Através desta afirmativa constata-se que a Pastoral da Criança não somente conhece o problema existente que afeta

determinado público, mas que cria projetos e presta auxílio para combater a mortalidade sobretudo infantil e amenizar as consequências geradas pela escassez de recursos básicos para a subsistência humana.

A coordenadora líder, ao ser questionada de como a Pastoral da Criança contribui para o desenvolvimento da sociedade de Ponta Grossa, afirmou que “ *a contribuição se dá por meio de orientações básicas de saúde, nutrição, educação, fé, cidadania, para que as famílias, bem como as comunidades, realizem a própria transformação.* ” (COORDENADORA ENTREVISTADA, 2021).

Em contexto geral a Pastoral da Criança, em junção do poder público, despertou um estímulo à formação de políticas que atendessem às necessidades de milhares de comunidades carentes. E uma das conquistas da sociedade brasileira, e também Pontagrossense, é o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que procura proteger milhares de crianças em situações de vulnerabilidade social (CUNICO, 2021).

Ainda respondendo ao questionamento anterior, o assessor eclesiástico faz a seguinte afirmação:

“A Pastoral da Criança contribui para o desenvolvimento com ações que promovem a dignidade, a vida das pessoas, especialmente das mães gestantes e crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de vida. Sua missão é promover o desenvolvimento infantil, de modo especial dos mais pobres com ações como orientação, nutrição, necessidade e importância da vacinação, amamentação correta através do aleitamento materno, educação para a cidadania e, como se trata de uma pastoral da Igreja Católica essa missão se dá à luz da Palavra de Deus”. (REPRESENTANTE ECLESIASTICO ENTREVISTADO, 2021).

Neste sentido fica claro que a motivação da Pastoral da Criança é um grande zelo à vida, sobretudo onde a vida encontra-se mais fragilizada. Sua missão parte das palavras de Jesus Cristo, que diz: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (BIBLIA, João 10,10).

Diante do exposto infere-se que os direitos sociais são condições consideradas básicas para que seja possível haver vidas mais dignas e cidadãos mais comprometidos, que se responsabilizam na busca pelos próprios direitos e no cumprimento dos deveres na sociedade (PASTORAL DA CRIANÇA, 2017).

Ao serem questionados sobre os desafios da Pastoral da Criança o principal a ser destacado foi a falta de voluntários para a realização das atividades. Fato este que é perceptível ao considerar a resposta da entrevistada: “*para nós o maior desafio é a falta de pessoas que se disponham a trabalhar voluntariamente nesta causa. Sim, nosso maior desafio é o trabalho voluntário*”. (COORDENADORA ENTREVISTADA, 2021).

Nesta resposta pode-se perceber que o ser humano, muitas vezes absorto em suas tarefas cotidianas, não se atenta para as necessidades dos indivíduos à sua volta, ou mesmo partindo do pressuposto de que já existem muitas pessoas lutando pela causa dos mais necessitados. (CORTELLA, 2016, p. 65), em contrapartida vai dizer que “Ser só mais um não significa não ser nada”. Portanto cada membro que se alia à causa está, de forma direta ou indireta, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Sobre a superação dos desafios supracitados os meios mais persistentes que surgiram, segundo o assessor eclesiástico, foram: “*Por meio de convites, de conscientização da importância do trabalho desenvolvido pela instituição, da divulgação pelos meios de comunicações, dentre outros*”. (ASSESSOR ECLESIASTICO ENTREVISTADO, 2021).

Sobre a captação de capital humano é importante ressaltar que cada organização tem um jeito próprio de recrutamento. Quando a situação em questão é trabalho voluntário o desafio é mais intenso, visto que não há uma remuneração financeira em jogo, o que infere-se ser um entrave para o engajamento com a causa, infelizmente. É necessário, como o assessor relata, uma conscientização das pessoas para que estas, primeiro sintam-se atraídas pela causa em questão, o que as levará ao engajamento nos trabalhos voluntários. Percebe-se que para atrair indivíduos para o exercício de trabalho voluntário requer planejamento e projetos eficazes sejam esses, simples ou complexos, para tanto é de máxima relevância a disposição das partes envolvidas para um trabalho contínuo de motivação para mantê-los ou atrair novos voluntários.

Ao mesmo tempo em que é visto como desafio, o trabalho voluntário também é visto como um dos principais pontos positivos dentro da organização e nas atividades que a Pastoral da Criança desempenha. Uma das coordenadoras líderes destaca, ainda, como pontos positivos: as visitas, onde é possível observar de perto a realidade das famílias; a pesagem das crianças; a possibilidade de levar conhecimento às famílias, pois muitas não têm acesso; o cuidado para com as gestantes e as crianças.

Compreende-se que, mesmo com as dificuldades enfrentadas ao longo de três décadas, a Pastoral da Criança apresenta as recompensas deste voluntariado, com as visitas valiosas das mães, as quais emocionam ao relatar que as crianças atendidas se tornaram cidadãos de bem e que, por meio da Pastoral, foi possível plantar a semente da gratidão, isso faz acreditar em persistir em encontrar voluntárias(os) e alcançar muitas outras famílias, mães e crianças (ZILDA ARNS, 2014).

Para um empreendimento ser bem-sucedido é necessário refletir o que é possível melhorar. Sobre esta questão, obteve-se a resposta das coordenadoras líderes: *“Ter apoio não só da diocese, mas também de outras denominações religiosas e da sociedade, maior valorização da Pastoral nas localidades em que estão, e o trabalho voluntário”*.

A questão acima leva à reflexão sobre o desenvolvimento humano, social e sustentável, que equivale pensar em um novo conceito de desenvolvimento que articula as organizações como a Pastoral da Criança, onde essa instituição é materializada nas ações da comunidade e da família, cuja dinâmica, consiste em capacitar líderes, que residem na própria comunidade, para a mobilização das famílias nos cuidados relacionados às atividades de vida diária com os filhos, geração de renda, alfabetização de jovens e adultos, dentre outros (PASTORAL DA CRIANÇA, 2017).

Com base nas informações adquiridas com o questionário aplicado aos integrantes da Pastoral da Criança, possibilitou-se um conhecimento mais amplo sobre o cotidiano desta organização, sendo possível compreender o pensamento da Dra. Zilda Arns, quando escreve que o a família terá paz quando as crianças forem cuidadas e tenham oportunidades de se desenvolverem, sejam saudáveis e vivam alegres e tenham fé em Deus.

Nota-se que a ONG pesquisada apesar dos desafios enfrentados, tem a sua parcela de contribuição, beneficiando não somente o grupo que assiste, mas toda a sociedade do Município de Ponta Grossa.

5. Considerações Finais

Com base na análise, percebe-se a interferência significativa que o terceiro setor, de modo mais específico as ONG's, está articulado ao desenvolvimento da sociedade, particularmente do município de Ponta Grossa, atuando em diferentes áreas como saúde, educação, cidadania, nutrição,

em determinados bairros, ou ramo como define as Pastoral da Criança sobre os lugares em que se faz presente.

A atuação da Pastoral da Criança permite que famílias tenham informações e apoio para enfrentar as diversidades impostas pela baixa capacidade econômica em que estão inseridas e maximiza as chances dessas famílias lutarem por seus direitos gerando novas possibilidades de viverem dignamente. Com isso vale destacar que se a família tem o devido apoio e são instruídas as transformações acontecem de modo a afetar positivamente a comunidade a que pertence e conseqüentemente a sociedade como um todo. Enfim a pastoral da criança, que luta pelo fim da mortalidade infantil, pelo resgate da dignidade humana e que haja vida em abundância, por meio dos diversos projetos realizados em prol de famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza socioeconômica contribui de forma significativa para que a sociedade se desenvolva de forma mais equilibrada na área socioeconômica.

De forma geral o terceiro setor, mais especificamente as ONGs, impactam diretamente na edificação de uma sociedade mais igualitária, justa e democrática. É objetivada por diversos grupos que se unem para lutar por direitos básicos. Esse processo constitui a mobilização social, um caminho muito importante na busca por cidadania plena e representatividade para toda a população, principalmente aos que são oprimidos diante das divergências de classes. A mobilização surge em meio à dualidade da relação privado versus público. De um lado, um sistema mercadológico que avança, muitas vezes, em detrimento à qualidade de vida de determinados grupos. Do outro lado, ações públicas e governamentais que não dão conta de garantir os direitos básicos de toda a população.

Durante o desenvolvimento deste trabalho ficou claro que a Pastoral da Criança com seus movimentos sociais se desenvolvem através de um processo contínuo de ações em prol de uma causa, partindo de um contexto sem conflitos ou de interesses entre grupos. Pelo histórico as pastorais desempenham com excelência, juntos de todos os voluntários, as mobilizações sociais. É possível notar que esse processo é demorado e seus atores precisam ser pacientes e resilientes – afinal, muitas vezes a sociedade se depara com momentos de muitas vulnerabilidades.

Em vista dos argumentos apresentados salienta-se que a Pastoral da Criança demonstra o seu cuidado na construção das vidas mais importantes para a sociedade, às crianças e à medida que se aprofunda na identificação de seus públicos, pensa na linguagem utilizada em seus materiais, busca manter esses materiais atualizados e valoriza seus voluntários. A constatação da importância do terceiro setor, bem como as ONG's, deve ser sincronizada e unificada com comunicação na mobilização da Pastoral da Criança a qual superou as expectativas iniciais desde o início do projeto. Foi muito gratificante – e até surpreendente – identificar e entender quão importante são os elementos comunicativos da Pastoral da Criança e que permeia se fazendo presente em todas as etapas do processo, assumindo características próprias da identidade organizacional.

REFERÊNCIAS

- ANDREAZZA, Fernanda. **Origem, constituição e qualificação do terceiro setor**. Disponível em: <<https://arnsdeoliveira.adv.br/wp-content/uploads/2016/06/01-Projeto-Eureka-Dra.-Fernanda-Qualificac%CC%A7a%CC%83o-Versa%CC%83o-do-Site.pdf>>. Acesso em 01 de jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, n. 8, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 09 de jun. 2021.

BIBLIA. Português. Bíblia de Jerusalém, São Paulo: Paulus, 2002.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Porque fazemos o que fazemos?:** aflições vitais sobre trabalho, carreira e realização. Planalto, 1 ed. São Paulo, 2016.

COSTA, Lucia Cortes. SOUZA, Maria Antônia (Org.). **Sociedade e Cidadania desafios para o Século XXI.** Ponta Grossa: UEPG, 2005.

CUNICO, Ednilson. **A pastoral da criança e os avanços nos cuidados da primeira infância.** Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23856_11941.pdf>. Acesso em: 11/06/2021.

FREITAS, Ernani Cesar. PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho científico:** Métodos e técnicas da pesquisa e trabalho acadêmico. Universidade FEEVALE, 2 ed. Rio Grande do Sul, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo Editora Atlas, 4 ed. 2002.

LAVORATTI, Cleide. **Programa de capacitação permanente na área da infância e da adolescência.** O Germinar de uma experiência ojetiva. UEPG, Ponta Grossa, 2007.

MOREIRA, Herivelto. CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** DP&A editora, Rio de Janeiro, 2006.

PASTORAL DA CRIANÇA. Guia do líder da Pastoral da criança: para países de língua portuguesa. Pastoral da Criança, 17 ed. Curitiba, 2017.

SANTOS, Suely Xavier. **Organização do Terceiro Setor.** Disponível em:< https://conteudo.unp.br/ebooks_ead/Organizacao_no_Terceiro_Setor.pdf>. Acesso em 04 de jun. 2021.

SEBRAE. **Tudo sobre Organizações Não Governamentais (ONGs). 2020.** Disponível em:< <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/o-que-e-uma-organizacao-nao-governamental-ong,ba5f4e64c093d510VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em 12 de jun. 2020.

SERTEK, Paulo. **Responsabilidade Social e competência interpessoal.** Curitiba: IBPEX, 2006.

SILVA, Arcênio Rodrigues da. **Origem do terceiro setor no Brasil.** Disponível em:< <http://www.apf.org.br/fundacoes/index.php/artigos/24-a-origem-do-terceiro-setor-no-brasil.html>>. Acesso em 08 de jun. 2021.

THOMAZIN. **Cinco atividades do Terceiro Setor, papel e importância das instituições do Terceiro Setor.** Disponível em: <<https://thomazinassessoria.com.br/5-atividades-do-terceiro-setor/>>. Acesso em 12 de jun. 2021.